

SEXUALIDADE E GÊNERO: O QUE TEM O/A EDUCADOR/A A VER COM ISSO?

Railda Maria Bispo de Jesus*

RESUMO: Neste trabalho, buscou-se traçar uma discussão sobre o papel de professores e professoras diante de questões sobre sexualidade e gênero, considerando que a escola é elemento que compõe a engrenagem social, não está isenta, portanto, de dúvidas, questionamentos, situações sobre o assunto e que se fazem presentes na vida em sociedade. Analisando a sexualidade e o gênero à luz de aspectos que interferem na formação dos sujeitos, em suas múltiplas dimensões, pretendeu-se problematizar a postura, o comportamento, as atitudes de docentes, homens e mulheres, quando questões do tipo emergem no cotidiano escolar, visto que, socialmente, ambos os temas não são tratados com a necessária atenção e o devido cuidado que merecem.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação; Escola; Formação docente

INTRODUÇÃO

O olhar sobre a sexualidade é sempre rodeado de tabus e preconceitos. Questões referentes a gênero tendem a ser tratadas de forma ingênua, considerando-as naturais. A sexualidade compreende, contudo, o (re) conhecimento dos sujeitos, de si mesmo, de seus limites e possibilidades na busca pelo prazer e está subjacente ao comportamento dos sujeitos nas relações *sociais*; já o gênero trata dos padrões comportamentais *socialmente* estabelecidos. A partir desse entendimento, sexualidade e gênero estão imersos no cotidiano da vida social, fazendo-se presentes "[...] nas múltiplas instâncias sociais, nas diferentes práticas, espaços e instituições, através dos símbolos, normas, doutrinas, através das intrincadas redes de relações entre os sujeitos" (LOURO, 1995, p. 3) e constituem-se faces imbricadas de um mesmo processo – o processo de formação da pessoa humana.

É com base nessa premissa que se pretende tecer, aqui, uma discussão sobre os temas, articulada à figura de professores e professoras, visto que, na escola, espaço social por excelência, questões dessa natureza são frequentes e, dada a sua importância para o processo educativo, não podem passar despercebidas.

SEXUALIDADE: PRINCÍPIO DE BEM-ESTAR

A visão que, por vezes, se tem sobre sexualidade é reduzida ao estudo e análise da biologia humana, no sentido de desvendar os segredos da reprodução e dos aparelhos reprodutivos masculino e feminino, alertando sobre gravidez e/ou DST's. Tratada dessa forma, a sexualidade fica limitada à mera explicação e entendimento sobre contracepção e/ou prevenção de doenças venéreas, ou resumida a um jogo de perguntas e repostas sobre a relação sexual em si. Nesse contexto, Fagundes (2005, p.14) considera que

Sexualidade e reprodução são processos que se expressam graças a órgãos específicos do ser humano e, por isso, têm uma estreita relação, mas não significam a mesma coisa. Reprodução é o processo pelo qual a vida é gerada [...] Sexualidade é muito mais do que ter um corpo apto para procriar e

* Pedagoga, Aluna Especial do Mestrado de Educação - UFBA

apresentar desejos sexuais; pressupõe intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar individual decorrentes, inclusive, da história de vida de cada pessoa.

Nesse sentido, sexualidade compreende formas, jeitos, maneiras de as pessoas expressarem a busca pelo prazer, as quais se fazem presentes em seus pensamentos e emoções, em suas ações e interações. A sexualidade se manifesta, então, a todo momento, em todo e qualquer espaço onde o sujeito está inserido.

Percebe-se, pois, que a sexualidade não se situa, apenas, no campo da biologia, não se realiza somente num corpo sexuado, mas está relacionada, também, a fatores outros que, tal qual o biológico, fazem parte da vida dos sujeitos. Fagundes (2005, p. 17) assevera que a sexualidade “[...] se associa aos componentes biológicos e psicológicos [...]” e “[...] se traduz pelo social, histórico e cultural [...] plasmada pela linguagem, normas e valores vigentes nas sociedades, em diferentes épocas”. Pode-se afirmar, então, que a sexualidade está condicionada a fatores internos e externos ao ser humano, os quais, num processo de influência mútua, contribuem para o contexto de vida de cada indivíduo e, conseqüentemente, para a forma como a sua personalidade será desenvolvida.

A partir dessas elaborações, depreende-se que as situações experimentadas pelos sujeitos, durante suas fases de desenvolvimento (infância, adolescência, idade adulta e senilidade), são tomadas como referenciais nas várias dimensões da vida do ser humano, incluindo aí a sexualidade na forma como ela pode ser concebida, internalizada e manifestada.

Nesse sentido, se o assunto é rodeado de culpas, medos, pressões e repressões, provocam-se mal-estar, rubores e constrangimentos ao ser abordado; tende-se a evitá-lo ou a discuti-lo “[...] em conversas de voz baixa, com reservas e com poucas pessoas” (LOURO, 2001, p. 133). Se, por outro lado, compreende-se que a sexualidade é “[...] elemento constitutivo da pessoa, é dimensão e expressão da personalidade” (FAGUNDES, 2005, p. 14), desconstróem-se preconceitos, deboches, malícias com que o tema é tratado; desfazem-se os “[...] dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviantes), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc.” (ibid), para se ir além de idéias e representações simplistas sobre o assunto.

GÊNERO: ELEMENTO CONSTITUTIVO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

É evidente que homens e mulheres, meninos e meninas vivem engendrados por padrões de postura e comportamento ditados pela sociedade da qual fazem parte. O que ainda não se faz claro é que tais modelos não passam de produtos emanados da própria sociedade e que são, também, por ela amplamente disseminados, apontando para uma visão parcial e limitada do mundo.

É nesse sentido que gênero vem sendo estudado, desde a intensificação das produções sobre o tema, ou seja, apesar de o assunto ser analisado sob óticas distintas e de o termo ser considerado polissêmico, as produções convergem para a afirmativa de que gênero é, indubitavelmente, uma construção social. Esta dinâmica, contudo, não se dá descolada de um dado tempo e espaço, muito menos sem a elaboração de mecanismos que regulam as práticas aí estabelecidas. Infere-se, pois, neste contexto, que gênero é marcadamente “[...] produto de um longo trabalho histórico e cultural de construção teórica e prática sobre os corpos e sobre as mentes” (FAGUNDES, 2005, p.10). Isso implica dizer que a dimensão psicológica do indivíduo é trabalhada, fazendo-se interiorizar concepções criadas acerca do que é ser homem e do que é ser mulher. Dessa forma, meninos e meninas, homens e mulheres são orientados e orientadas a seguirem padrões, a se revestirem de estereótipos, a manifestarem práticas masculinizantes e

feminilizantes, afirmando condições, funções e posições sociais que desfrutam, exercem e ocupam, contribuindo para a sobrevivência e a perpetuação da dicotomia entre os sexos.

O viés essencialista, segundo o qual feminino e masculino nasceram biologicamente com papéis sociais definidos, acabou se firmando no imaginário, no inconsciente coletivo, legitimando e validando representações e idéias pré-concebidas sobre os sexos. Assim, enquanto o homem é marcado por características como força, virilidade, explosão e agressividade, as mulheres são tidas como frágeis, maternais, sensíveis, bem comportadas.

No bojo dessa discussão, pode-se tomar a máxima de Beauvoir (1980, p.9) “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” para compreender que ser homem e ser mulher, tendo em vista papéis e representações socialmente concebidos, trata-se de aprendizagens imputadas aos sujeitos sociais, as quais sinalizam para formas limitadas de agir e pensar, circunscritas ao universo masculino ou ao universo feminino.

Acerca disso, a antropóloga americana Mead (1999), após realizar pesquisa junto a tribos primitivas, constata que as características psicológicas concebidas pelas sociedades ocidentais, e habitualmente ligadas à masculinidade e à feminilidade, existem em sociedades primitivas independentemente do sexo; para a autora,

As diferenças entre indivíduos que são membros de diferentes culturas, a exemplo das diferenças entre indivíduos dentro da mesma cultura, devem ser atribuídas quase inteiramente às diferenças de condicionamento, em particular durante a primeira infância, e a forma deste condicionamento é culturalmente determinada” (pp.268 e 269).

As aprendizagens referentes à identidade social construída em torno de homens e mulheres se dão nas múltiplas instâncias e espaços que compõem a sociedade, por meio de seus instrumentos de dominação e poder, a exemplo da escola e da educação escolar, respectivamente.

A escola é lócus de produção e socialização de saberes e conhecimentos; a educação que aí se desenvolve é um processo sistemático e intencional de formação múltipla dos sujeitos (LOURO, 1995). Sendo um recorte da sociedade, a escola vive e convive com os entraves e dilemas do contexto a que pertence e, por meio da sua educação, pretende tornar os indivíduos "aptos" para a convivência com os demais, compartilhando, com as novas gerações, códigos, representações, concepções, idéias, enfim, todo o arcabouço histórico e cultural que a sustenta. Ela tende, portanto, a reproduzir a atmosfera social. Como afirmam Bourdieu e Passeron (1992, p. 64),

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação, quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor [...] e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).

Contudo, diante de movimentos atuais que visam uma sociedade democrática, que pensam e lutam por uma educação para a cidadania na construção da consciência crítica e ética, a escola toma forma de espaço operador de mudanças e transformações sociais, sendo um ambiente onde

[...] não se busca outra coisa senão a permanente reconstrução da vida para maior riqueza, maior harmonia e maior liberdade, dentro do ambiente de transformação e progresso [...]. (TEIXEIRA, 1975, p. 51).

Ela é, portanto, capaz, também, de imprimir, nos sujeitos, novas formas de pensar e agir, desmistificando, por exemplo, modelos e padrões de homens e mulheres que pairam sobre a sociedade.

O PAPEL DO/A PROFESSOR/A DIANTE DE QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO

É muito comum, ao universo infantil, brincadeiras de faz de contas, principalmente aquelas em que as crianças, meninos e meninas, tendem a imitar seus/suas professores/as, reproduzindo o ambiente escolar do qual fazem parte. Junto às/aos adolescentes, a imagem de detentor do saber e do conhecimento, socialmente concebidas, fazem do professor alguém em quem se pode creditar segurança e credibilidade. Dessa forma, docentes, homens e mulheres, exercem importante função durante o processo de escolarização de crianças e adolescentes, meninos e meninas, tornando-se referenciais em suas vidas, representando, por vezes, o modelo de ser social, homem/mulher, que se pretende ser.

Segundo a análise de Louro (2001, p. 92), desde o início dos tempos modernos, o processo educativo escolar se assenta na figura do mestre, entendido aqui como ser do sexo feminino ou masculino, o qual

[...] se tornará responsável pela conduta de cada um dos seus estudantes, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu. Para que isso aconteça, não basta que o mestre seja conhecedor dos saberes que deve transmitir, mas é preciso que seja, ele próprio, um modelo a ser seguido.

Nesse sentido, percebe-se que aquilo que é feito e dito por professores e professoras pode ser relevante para seus/as alunos e alunas, podendo repercutir em suas mentes, provocando reflexões que permitam mudanças em sua forma de agir e pensar.

Dito isto, docentes homens e mulheres precisam atentar para as muitas questões que se fazem presentes no cotidiano escolar, pois a forma como abordam, procedem e se posicionam diante delas pode influenciar a forma como seus alunos e alunas se comportam diante das mesmas. Questões sobre sexualidade podem ser, aí, incluídas, afinal elas

[...] estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula – assumidamente ou não–nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes.

Acerca das questões de gênero, Lima (2000, p. 12) acentua que é na escola que elas tomam corpo, se formalizam, sedimentam-se e dão bases “[...] à divisão de papéis sociais exercidos por homens e mulheres”.

Por vezes, o ambiente escolar representa para os atores sociais que aí convivem, meninos e meninas, o único canal seguro e confiável para tratar sobre o tema sexualidade, visto que nem sempre se desfruta de uma estrutura familiar que se mostre aberta ao assunto, até por conta da forma como ele é socialmente abordado: restringindo-se ao aspecto genital, limitada a ato sexual. Por conta disso, a vergonha e a timidez impedem, também, que se busquem os

espaços que oferecem o suporte e a infra-estrutura adequados, para se sanar dúvidas e inquietações. Dessa forma, a fim de que concepções errôneas e simplistas não continuem sendo propagadas, fazendo com que a sexualidade se mantenha na obscuridade e no campo da obscenidade, é preciso que professores e professoras estejam preparados/as para discutir o tema sob uma perspectiva mais ampla, fazendo-se perceber que a sexualidade é mais uma dentre as dimensões humanas existentes, desconstruindo, assim, tabus e preconceitos que a cercam. É com a mesma postura crítica que se faz necessário tratar de questões referentes a gênero, pois, tendo em vista a sua construção social, é imprescindível não permitir, na escola, a (re)produção e manutenção de visões sexistas, dicotômicas e estereotipadas acerca de homens e mulheres. Considerando que a escola atende a crianças e adolescentes de classes, níveis culturais, faixas etárias e etnias distintas, este é lugar propício para o exercício da democracia no que se refere a aprender a conviver e respeitar as diferenças existentes entre os sujeitos, repudiando qualquer forma de tratamento desigual.

Nesse contexto, faz-se necessário que professores e professoras se instrumentalizem com informações e conhecimentos acerca de questões sobre sexualidade e gênero, para quando surgirem, seja possível saber lidar com as mesmas. Assim, cursos de capacitação, aperfeiçoamento e especialização precisam abrir espaço para os temas em sua programação, promovendo seu debate, discussão e problematização, proporcionando o despertar para questões do tipo. Todavia, mais que serem trabalhados em cursos dessa natureza, é preciso que os currículos de formação de professores/as contemplem sexualidade e gênero no momento de sua concepção e construção, pois, considerando que este é um processo de formação mais longo, oportuniza-se uma melhor apropriação desses temas, possibilitando uma melhor sensibilização e um melhor aguçamento dos sentidos para percepção dessas questões, tratando situações e problemas de forma pertinente, dando os encaminhamentos possíveis e necessários. Sobre o assunto, Carvalho (2004, p. 28) considera que a “[...] formação docente inicial e continuada deve ampliar os espaços *de reflexão sobre a ação* docente e empoderar/instrumentar educadoras e educadores para o desafio da *reflexão na ação*”.

Não se trata, aqui, de fazer da escola espaço terapêutico para tratar de questões sobre a sexualidade, muito menos palco de lutas e disputas acirradas entre sexos, mas sim de ressignificar seu papel, respondendo a demandas que emergem da sociedade, bem como da família e da comunidade onde se insere, tratar os temas de forma pertinente, quando os mesmos surgem no ambiente escolar.

Vale ressaltar que a sexualidade para a OMS – Organização Mundial de Saúde, junto à manutenção da vida profissional, à convivência familiar e ao lazer fácil, constitui-se um dos indicadores para avaliar a qualidade de vida de uma pessoa. Sobre as relações de gênero, a ONU – Organização das Nações Unidas, estabeleceu como uma de suas metas para este século promover a igualdade entre os sexos. Dessa maneira, refletir e agir sobre as problemáticas de sexualidade e gênero não devem ser ações isoladas e pontuais, mas devem, sim, permear os processos educativos em todos os momentos e espaços sociais onde acontecem.

REFERÊNCIAS

AGENDE – Ações em gênero, cidadania e desenvolvimento. Disponível em: <http://www.agende.org.br/conferencias/metas_milenio/interna.php?area=35>. Acesso em: 28 de junho de 2006.

ARAN, Márcia. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, nº 2, p. 399 – 422, jul-dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. **A reprodução** – Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 3ª edição. [s.l]:[s.n], 1992. (Série Educação em Questão).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** – experiência vivida. 6ª edição. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações de gênero na escola: lições do projeto de formação em educação não sexista. In Lilás–Educação não exista. **Relações de gênero no currículo e na prática pedagógica**. Secretaria da Mulher, Prefeitura do Recife. Ano III, nº 3. Janeiro, 2004.

Em busca de um sexo bem melhor. Disponível em:
<<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/saudemulher/sexo.htm>>. Acesso em: 28 de junho de 2006.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001.

_____. **Ensaio sobre identidade e gênero**. Salvador: UFBA, 2003.

_____. **Mulher e Pedagogia**: um vínculo re-significado. Salvador: Helvécia, 2005.

_____. **Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005.

JESUS, Railda Maria Bispo de. **Aprendendo a ser menina, aprendendo a ser menino**: um estudo sobre representações de gênero veiculadas em livros paradidáticos utilizados em classes de alfabetização em escolas públicas e particulares de Salvador. Salvador: [s.n], 2005. 53p. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e Gênero: A escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de. (Orgs). **Reestruturação Curricular**: Teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P. 32 -36 .

_____. A construção escolar das diferenças. In:_____.**Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997b. p. 57 a 86.

_____. O gênero na docência. In:_____.**Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 88 a109.

_____. Práticas educativas feministas: proposições e limites. In:_____.**Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 110 a 141.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. As relações de gênero e a educação. In: Escola de formação da CUT no nordeste. **As relações de gênero em debate**. Recife – PE: Edições Bagaço. 2000.

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. Coleção Debates, 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MORENO, Montserrat. **Sexismo na escola**: Como se ensina a ser menina. São Paulo: Moderna, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Gênero na formação docente:** Campo de silêncio no currículo. Cad. Pesq. Nº 102, P. 23-45, Nov. 1997.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, Gênero e Sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, nº 1, p. 9-21, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. [s.l], [s.n]. 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto? In: _____. **Documentos de Identidade**. 2ª edição, 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 77 – 81.

TEIXEIRA, Anísio Teixeira. A transformação da escola. In: _____. **Pequena introdução a filosofia da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p.52-83.

TIEFER, Leonore. Uma perspectiva feminista sobre sexologia e sexualidade. In: GERGEN, M.C. et al. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Universidade de Brasília/ Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1993. p. 36 a 47

ZAIDMAN, Claude. Do cotidiano da escola mista ao ideal de co-educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, nº1, 2000, p. 251 -253.